

Nesta entrevista exclusiva, o atual diretor-presidente da Ancine relata um pouco da sua trajetória: quando, ainda presidente da ABD São Paulo (Associação Brasileira de Documentaristas), participou do 3º CBC e como integrou a diretoria da Ancine e formulou as políticas cinematográficas nos últimos anos. Rangel explica como a criação da Ancine foi um marco na atuação do CBC. “Representou força, porque ela foi fruto direto da mobilização e visibilidade alcançados pela atividade cinematográfica e audiovisual com o 3º CBC”, disse à Revista de CINEMA.

Manoel Rangel faz parte da nova geração de gestores que passaram pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, ao lado de Orlando Senna e Gilberto Gil, e um grupo de jovens realizadores oriundos do curta-metragem. Rangel é formado pela Universidade de São Paulo (1999), onde cursou o mestrado em Comunicação e Estética do Audiovisual (interrompido em 2005). Foi editor da revista “Sinopse”, da Universidade de São Paulo, e presidente da ABD entre 1999 e 2001. Dirigiu os curtas-metragens “Retratos” (1999), “Vontade” (2002) e “O Pai”, (2004). Foi nomeado diretor da Ancine em 2005, e é diretor-presidente da agência desde 2006.

MANOEL RANGEL

A construção da nova política audiovisual

Por Gabriel Carneiro

Revista de CINEMA – Qual foi a sua participação na criação do CBC?

Manoel Rangel – Eu participei do 3º Congresso Brasileiro de Cinema, como muitas outras pessoas, pensando que era necessário reunir forças para melhorar as condições de produção, distribuição e exibição do cinema brasileiro no país. Em 2000 havia um ambiente de crise no setor, decorrente da redução dos recursos disponíveis para a produção cinematográfica por meio das leis de incentivo fiscal e por investimento direto do governo federal. Havia ainda uma grande insatisfação com a atuação da Secretaria do Audiovisual e com o nível da interlocução na Comissão de Cinema. As lideranças do setor começavam a se dar conta de que para construir um bom ambiente para o cinema brasileiro no país não era suficiente uma lei de incentivo fiscal, era preciso mais ação do Estado e uma política pública que ousasse ir além, retomando os bons momentos que a atividade havia tido antes da extinção da Embrafilme.

Revista de CINEMA – No 3º CBC você atuou mais em que área? Você representava alguma entidade na época?

MR – Eu era presidente da ABD de São Paulo e fui delegado ao lado de Leopoldo Nunes, presidente da ABD nacional, de Paulo Halm, vice-presidente da ABD nacional, de Mario Diamante, presidente da ABDeC (Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas) do Rio de Janeiro, de Roger Madruga e Dirceu Lustosa, que dirigiam a ABCV (ABD de Brasília) e de outros colegas. Nós atuamos no Congresso com uma agenda ampla, que incluía mais, ia muito além do curta-metragem e do documentário. Nós enfatizamos a necessidade de uma política de distribuição dos filmes brasileiros, de uma relação melhor e mais estreita com a televisão, o retorno da capacidade de investimento direto do Estado para o setor, entre outras questões importantes.

Atuamos em todos os grupos e, na plenária que conduziu a definição da agenda do CBC, Leopoldo, eu e os demais delegados da ABD participamos ativamente de cada definição, polemizando e compondo com os mais diversos representantes da atividade. Nós defendemos que além da agenda de 69 pontos que o 3º CBC legava à socieda-

de e ao país, o CBC deveria tornar-se uma espécie de federação de entidades do setor capaz de atuar pela implementação da agenda que fora ali construída. No Congresso, uma vez que todos ali parecíamos saber o que era necessário fazer para transformar a realidade do setor no país, a criação de um órgão gestor da política cinematográfica brasileira tornou-se a nossa principal bandeira e foi o principal ponto de convergência da assembleia final do 3º CBC.

Revista de CINEMA – Qual é a sua formação, ou seja, o que estudou, se fez filmes, enfim, qual seu histórico antes de se tornar diretor e presidente da Ancine?

MR – Sou formado em Cinema pela Universidade de São Paulo. Ainda na universidade fiz parte do Grupo de Cinema, que publicou o jornal “Novo Cinema” e a revista “Sinopse” (em parceria com o Cinusp e com a Oficina – grupo de artistas gráficos), além de organizar debates e eventos dedicados à reflexão e ao estudo do cinema, do audiovisual e das suas condições de produção e circulação. Conhecer o pensamento de Paulo Emilio foi determinante para formar uma visão sobre “a nossa trajetória no subdesenvolvimento”. Dei aula em cursos livres de cinema e no Dra-

gão do Mar, em Fortaleza. Realizei três curtas-metragens como roteirista e diretor, e como síntese entre a atividade de realização e reflexão, fui atuar na Associação Brasileira de Documentaristas de São Paulo, quando Leopoldo Nunes a presidia. Logo depois fui presidente da ABD-SP e me tornei presidente da Comissão Estadual de Cinema do governo de São Paulo, onde tive a primeira (e leve) experiência de gestão cinematográfica.

Em 2003, quando o Presidente Lula assumiu o governo e nomeou Gilberto Gil para o Ministério da Cultura, fui convidado por Orlando Senna e Leopoldo Nunes para integrar a equipe da Secretaria do Audiovisual. Nosso desafio era implantar a agenda que emergiu do 3º CBC e ir além, na sintonia fina que Gil e Juca Ferreira mantêm com a contemporaneidade. Em 2004 me tornei assessor especial do Ministro Gilberto Gil, além de continuar a atuar na SAV com Orlando Senna. Em 2005 fui compartilhar com Gustavo Dahl a gestão da Agência Nacional do Cinema. Com essas pessoas, e convivendo com todo o setor, eu sempre me esforcei por aprender e estar à altura dos desafios.

onde já não houvesse crise e onde condições melhores para a atividade permitissem repactuações.

Revista de CINEMA – Como se deu a criação da Ancine dentro do CBC?

MR – A criação da ANCINE é um marco na atuação do CBC. Representou força, porque ela foi fruto direto da mobilização e visibilidade alcançados pela atividade cinematográfica e audiovisual com o 3º CBC, além de espelhar a reivindicação por um órgão gestor que constava da agenda aprovada no Congresso. Ao mesmo tempo, sinalizou as contradições latentes na atividade, que, na ocasião do congresso, haviam sido sublimadas.



Revista de CINEMA – Como foi o trabalho de reunir tantas pessoas e grupos com interesses diferentes numa mesma sigla, em um mesmo grupo (CBC)?

MR – O 3º CBC foi fruto de uma delicada construção. Contribuí para tanto o ambiente de descontentamento e de crise do setor, impulsionando as lideranças a agir e estimulando todos a uma maior abertura para desenhar consensos onde muitas vezes impera o dissenso. Foram decisivas a habilidade, a paciência e a experiência histórica de Gustavo Dahl. Ele encontrou no engajamento e seriedade da Fundacine-RS e das suas lideranças à época, notadamente Werner Schunemann, Giba Assis Brasil e Beto Rodrigues, o respaldo e o complemento necessários à engenharia de construção do Congresso.

A engenharia política consistiu em equilibrar delicadamente os pesos e a representatividade dos diversos setores da atividade, garantindo que nenhuma parte, liderança ou grupo de interesse se impusesse sobre os demais. Isso era possível naquele momento, posto como espécie de “marco zero” da “repolitização” da atividade ou, em outras palavras, da sua “reinstitutionalização”. Naturalmente havia contradições importantes entre os diversos setores reunidos no Congresso. Mas naquele momento isso foi sublimado, de certo modo adiado para outro momento

Imediatamente após a criação da Ancine, os setores ligados à produção cinematográfica saíram em sua defesa, enquanto as televisões manifestaram internamente ao governo suas divergências, obtendo mudanças de última hora na medida provisória proposta. Outros, como os distribuidores estrangeiros, foram à Justiça litigar contra a Condecine, que foi reajustada na mesma MP e passou a ser administrada pela agência. Entendo que a pactuação ocorrida naquele momento entre os membros do GEDIC e do governo foi a possível. Fez muito para o avanço institucional da atividade. Lançou bases para que no governo seguinte emergisse uma política nacional de cinema e audiovisual robusta, que pouco a pouco recupera os diversos pontos da agenda do 3º CBC, os moderniza e atualiza, e procura apontar para o futuro com o objetivo de fazer do Brasil um grande centro produtor de obras audiovisuais, forte no mercado interno e influente no mundo.

Revista de CINEMA – Que avanços você vê na política audiovisual desde a volta do CBC há 10 anos?

MR – Os avanços são muitos. Uma passada de olhos na agenda de 69 pontos do 3º CBC permite marcar vários deles como realizados.

Partimos de uma política de apoio apenas à produção cinematográfica

“A criação da Ancine é um marco na atuação do CBC. Representou força, porque ela foi fruto direto da mobilização e visibilidade alcançados pela atividade cinematográfica e audiovisual com o 3º CBC, além de espelhar a reivindicação por um órgão gestor que constava da agenda aprovada no Congresso”

em geral. Passamos também a ter uma importante ação internacional, sempre em parceria com os produtores e com os órgãos de promoção comercial do governo brasileiro.

Criamos o Fundo Setorial do Audiovisual, e com ele garantimos uma fonte permanente e expressiva de investimentos e financiamentos das atividades audiovisuais no Brasil. Pusemos em funcionamento o Prêmio Adicional de Renda e o Programa Ancine de Incentivo à Qualidade, premiando o desempenho das produtoras, dos distribuidores brasileiros e dos pequenos exibidores no trabalho com o filme nacional.

Ainda no aspecto do financiamento, as leis de incentivo fiscal foram mantidas e aperfeiçoadas com a instalação de novos instrumentos, como os Funcines e o artigo 39, e foram criados novos mecanismos, como o artigo 3º A e o artigo 1º A, ampliando o financiamento público ao setor e agregando novos parceiros na viabilização e expansão da atividade. Há ainda um trabalho invisível, que foi o de reunir inteligência, articular os diversos órgãos do governo, reunir informações e capacidade de atuação, construir interlocuções qualificadas com outros países, reinventar a atuação do Estado brasileiro na atividade audiovisual do país. Construímos do zero um órgão gestor da atividade cinematográfica e audiovisual brasileira, capaz de fomentar, regular e fiscalizar o mercado. Em geral, podemos dizer que o Estado se fez novamente presente, mas todo o tempo estimulando a iniciativa privada e trabalhando na perspectiva do desenvolvimento do mercado audiovisual brasileiro.

Revista de CINEMA – Quais áreas no audiovisual você acredita que ainda precisam avançar?

MR – Temos consciência aguda de que o nosso mercado é pequeno em relação ao mundo e em relação à nossa economia. Sabemos que podemos e precisamos crescer. Atuamos para estimular o setor nessa direção.

Sempre há muito por fazer. É preciso resolver o déficit do presente sem perder de vista o futuro. A produção audiovisual brasileira e as empresas brasileiras ainda não têm o espaço que merecem no nosso mercado, e sem ser fortes no mercado interno não temos nenhuma condição de almejar uma fatia do mercado internacional. A presença

para uma política de apoio também à produção de outras obras audiovisuais. O Estado construiu políticas para fortalecer as distribuidoras brasileiras e a circulação dos filmes brasileiros. Construiu ainda política para expandir o parque de salas de cinema no país. Nos últimos anos não há um só aspecto da atividade cinematográfica e audiovisual que não tenha sido de algum modo abordado.

Ao longo dos últimos anos, construímos instrumentos efetivos para promover a parceria entre o cinema e a televisão, e desta com a produção independente

produtoras independentes.

É preciso equacionar o lugar da produção e da programação brasileiras no cenário convergente que a banda larga e a neutralidade das redes de telecomunicações apontam como futuro. E sempre, ao lado de tudo isso, não estamos satisfeitos com a parcela de mercado que os nossos filmes e as obras audiovisuais brasileiras em geral ocupam no Brasil. Cresceu a quantidade de filmes e obras audiovisuais produzidas, cresceu a exibição e veiculação destes, mas queremos uma parcela maior do mercado brasileiro para os brasileiros.

Revista de CINEMA – Como a Ancine e o CBC trabalham juntos atualmente?

MR – O CBC tem sido um importante interlocutor da Ancine. Ele contribui para a formulação das políticas públicas. Propõe, critica, articula, sempre com um olhar diversificado e plural. Um exemplo importante é a forma como, sob a presidência de Rosenberg Cariry, dialogamos sobre a necessidade do novo marco regulatório para a televisão por assinatura. Nesse debate, o CBC, ao lado da ABPITV (Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão), da APRO (Associação Brasileira das Produtoras de Audiovisual), do SIAESP (Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo) e de outras entidades, tem tido uma atuação destacada. A Ancine entende que a construção da política pública requer diálogo frequente com os setores organizados da atividade. Nesse sentido, cada uma das entidades representativas, em todos os segmentos de mercado, enriquece a reflexão da agência e dos seus quadros sobre a economia do audiovisual e sua importância simbólica e econômica para o país.

Revista de CINEMA – Sendo o presidente da Ancine, como você vê a importância do CBC hoje?

MR – A realização de um novo congresso do CBC, com a carga histórica de ocorrer dez anos depois do 3º CBC, pode constituir-se em importante espaço de reflexão e comunhão sobre o futuro da nossa atividade. Ela se transformou. Não pode ser vista como a víamos nos anos 60 e 70, nem sequer como a víamos na década de 90. O Brasil também mudou. A economia cresceu, mais brasileiros adquiriram cidadania, muitos aumentaram o seu poder de decidir e de consumir. Desejam o audiovisual brasileiro, desejam o cinema e todos os outros serviços audiovisuais possíveis. Gostam dos filmes e das obras audiovisuais brasileiras.

Como aprofundar os laços da atividade audiovisual com a sociedade brasileira? Como aumentar a ocupação do mercado brasileiro com as produções nacionais? Como participar do momento especial que o Brasil vive internamente e no mundo? Quais espaços ocupar no cenário convergente das comunicações e telecomunicações que se desenha diante dos nossos olhos? Enfim, como o audiovisual brasileiro fará parte do Brasil que se projeta para o restante do século? Se uma imagem (definição para o cinema) de Humberto Mauro puder nos servir de estímulo e desafio, eu prediria: como uma cachoeira...



Manoel Rangel (centro) durante o 3º CBC, entre Leopoldo Nunes, Edina Fujii e Silvia Rabello